**1.Registro Civil das Pessoas Jurídicas:**

O Gestor do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ declara, sob pena de responsabilidade, que:

|  |  |
| --- | --- |
| 1. Estão regulares em seus aspectos formais (art. 922 a 929 do CNCGJ):
* Livro A
* Livro B
* Livro Protocolo
* Livro Índice
 | ☐ Sim ☐ Não☐ Sim ☐ Não☐ Sim ☐ Não☐ Sim ☐ Não |
| 1. O número do protocolo é formado com data, hora, minuto, segundo e digito verificador (art. 12 §2º do Provimento CGJ nº 62/18)?
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O número de identificação de cada pessoa jurídica e de cada filial é formado pelo CNS da serventia acrescido do número da primeira inscrição. (art. 12 §3º do Provimento CGJ nº 62/18)?
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. Os registros iniciais são organizados por um único número de matrícula, sendo vinculados a ele todos os registros posteriores, identificados pelo protocolo, data de registro e número da matrícula (art. 12 §3º e 4º do Provimento CGJ nº 62/18)?
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. Estão sendo enviadas para a central RCPJ todos os nomes, dados e imagens das pessoas jurídicas registradas em seus ofícios, com atualizações permanentes (art. 9º Provimento CGJ nº 62/18)?
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. A licitude das atividades da pessoa jurídica é examinada antes do registro (art. 935 do CNCGJ)?
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. É observado o local da sede da pessoa jurídica para registro de seus atos constitutivos (art. 917 § 1º do CNCGJ)?
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O número do CNPJ está sendo associado ao registro da pessoa jurídica, sendo referência suficiente para a sua localização? (art. 922 §3º do CNCGJ)
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. Os exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações, registrados ou averbados, são arquivados com os respectivos documentos, organizados por prontuário para cada pessoa jurídica (digitalizados ou microfilmados)? (art. 930 do CNCGJ)
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. As pessoas jurídicas compostas de não residentes no país têm representante residente com poderes para responder em seu nome ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, designados no próprio instrumento ou em ato apartado? (art. 936 §9º do CNCGJ)
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. É exigida declaração do titular ou administrador da entidade de não estar impedido de exercer a atividade empresarial ou a administração mercantil, em virtude de condenação criminal? (artigo 932 § 1º do CNCGJ)?
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. Os sócios, ainda que estrangeiros, apresentam em sua qualificação na sociedade o número do CPF ou CNPJ? (art. 936, §10º CNCGJ)
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. Constam dos contratos sociais das sociedades simples e os estatutos das associações, das organizações religiosas, dos sindicatos e das fundações o visto de advogados legalmente inscritos? (art. 944 CNCGJ)
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. As procurações para a assinatura dos atos são registradas e se implicarem em disposição de bens e direitos relacionam os poderes específicos, considerando-se como válidas até que se expire o prazo determinado ou seja averbado instrumento de revogação? (art. 946, §3º CNCGJ)
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. Nas averbações de alterações estatutárias ou contratuais, *nos casos especificados em lei*, é exigido requerimento do representante legal da associação, organização religiosa, sindicato, fundação ou sociedade simples? (art. 950 do CNCGJ)
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. No caso de transferência de registro por mudança de sede, o ato de alteração é registrado primeiro no registro primitivo e depois no ofício da nova sede? (art. 951 CNCGJ)
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. É observado o prazo de 30 (trinta) dias para o registro da pessoa jurídica? (art. 954 CNCGJ)
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. As dúvidas suscitadas são anotadas no protocolo, encaminhadas ao Juízo competente, e notificado o apresentante no prazo? (art. 955 §3º CNCGJ)
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. No registro de jornais, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias são cumpridas as regras do art. 956 CNCGJ?
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. É cumprido o prazo de 8 (oito) dias para averbar as alterações nas informações ou documentos? (art. 957 do CNCGJ)
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. As distribuições dos documentos apresentados para registro são realizadas no prazo de15 (quinze) dias? (art. 964 CNCGJ)
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. As alterações nas informações ou documentos são averbadas na matrícula, no prazo de 8 (oito) dias e, a cada declaração a ser averbada corresponde um requerimento? (art. 957 CNCGJ)
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. Foi implementada política, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo no âmbito do serviço, conforme determina o artigo 144 do Provimento CNJ nº 149/2023?
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O registrador realiza as comunicações à Unidade de Inteligência Financeira nas hipóteses elencadas no art. 151 do Provimento CNJ nº 149/2023?
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O Serviço Extrajudicial aderiu à Central RTDPJ conforme art. 211, §3º, III do do Provimento CNJ nº 149/2023?
 | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O serviço participa da REDESIM – Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - instituída pela Lei nº 11.598/2007? (art. 917,§2º CNCGJ)
 | ☐ Sim ☐ Não |

**Observações:**

**Pelo presente termo de responsabilidade, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, gestor do Serviço do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, que no desempenho das funções a mim conferidas, observo integralmente os deveres e obrigações determinadas no artigo 30 da Lei 8935/94, e que as informações consignadas no presente formulário são fidedignas e retratam as condições em que se encontra o acervo, os atos praticados no serviço, assim como a relação dos livros utilizados e os documentos arquivados, e que as falhas havidas foram devidamente relatadas para correção, sendo as informações prestadas de minha inteira responsabilidade e constituem expressão da verdade, estando ciente das penalidades do art. 299 do Código Penal Brasileiro , e das sanções administrativas por eventual falsa declaração (Art., 32, da Lei 8935/94). Declaro, ainda, que tenho ciência de que essa Corregedoria Geral da Justiça, poderá, a qualquer tempo, realizar o monitoramento/fiscalização permanente, conforme preconizado nos artigos 11/14 do Código de Normas desta E. Corregedoria.**

 **Comarca de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2025.**

 **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Assinatura**

## Observações:

|  |
| --- |
|  |